



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Abrir ao público e aproveitar bem os terrenos desaproveitados, e aumentar as instalações para a população nos edifícios dos serviços públicos nos NAPE

De acordo com os dados da Rede de Informação Cadastral, o Governo pretende aproveitar os dois terrenos (lotes 12 e 25) recuperados e localizados nos Novos Aterros do Porto Exterior (vulgarmente designados por “NAPE”) para construir instalações de serviços públicos. As plantas de condições urbanísticas destes dois terrenos entraram em vigor em Setembro de 2020 e Janeiro de 2021, respectivamente. A Direcção dos Serviços de Obras Públicas (o anterior Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas) realizou, recentemente, o concurso público para as obras das fundações e da cave dos edifícios de serviços públicos, situados no lote 25 da zona dos Novos Aterros do Porto Exterior. Serão construídos dois edifícios com 12 e 17 andares, respectivamente, que ocupam uma área de 6480 metros quadrados. O concurso público das obras de construção das fundações da cave dos edifícios planeados no lote 12 dos Novos Aterros do Porto Exterior também já foi iniciado em 24 de Fevereiro do corrente ano.

Segundo alguns moradores, é apropriado o Governo, através da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

construção de edifícios para instalações de serviços públicos, reduzir as avultadas despesas com o arrendamento de apartamentos para serviços públicos, no entanto, neste momento, o número de terrenos por desenvolver na zona dos NAPE é extremamente limitado. Ao construir edifícios para instalações de serviços públicos, o Governo deve ainda ponderar sobre a reserva de alguma das áreas destes edifícios para a construção de centros de saúde, mercados secos e centros de prestação de serviços ao público, entre outros, com vista a dar resposta às necessidades dos moradores da zona.

De facto, a zona dos NAPE e a ZAPE, que fica próxima, têm-se desenvolvido ao longo de cerca de 20 a 30 anos e são zonas comerciais importantes de Macau, onde vivem dezenas de milhares de moradores. No entanto, é evidente que as instalações comunitárias nestas zonas não conseguiram acompanhar o ritmo do desenvolvimento. Por exemplo, há lá falta de um centro de saúde, pois os respectivos moradores só podem recorrer aos serviços de cuidados de saúde primários no Centro de Saúde do Tap Seac, cuja área é limitada, e, mais, o âmbito de serviços deste Centro abrange as zonas central e sudeste da Península de Macau e o número de pacientes é enorme, portanto, há necessidade de construir um centro de saúde com os terrenos não aproveitados nas zonas da ZAPE e dos NAPE, a fim de satisfazer as necessidades dos respectivos moradores.

Outro exemplo é o mercado. Nos termos da já revogada Portaria n.º 68/91/M - Regulamento do Plano de Intervenção Urbanística dos Novos Aterros do Porto Exterior, os 4 lotes onde se situa o actual Hotel L'Arc, eram



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

originalmente planeados para a construção de um mercado, no entanto, em 2003, o Governo da RAEM acabou por alterar a finalidade dos referidos terrenos e concedeu-os a um construtor particular, para a construção de edifícios hoteleiros e habitacionais.

Como o Governo não procurou outro local nessas zonas para a construção de um mercado, até ao momento, nas referidas zonas ainda não há nenhuma instalação dessas. Por isso, a sociedade tem vindo a solicitar ao Governo que procure um novo terreno nessas zonas para a construção de mercados, ou que, pelo menos, construa um mercado seco, semelhante ao de Seac Pai Van, em Coloane, onde se vendem produtos frescos e vivos, sem que os moradores tenham de se deslocar para outras zonas para comprar alimentos.

Além disso, até 15 de Outubro de 2021, o Governo da RAEM declarou, de acordo com a lei, a caducidade da concessão de 84 terrenos, com uma área superior a 718 mil metros quadrados, e já recuperou 51 dos referidos terrenos, com uma área superior a 484 mil metros quadrados, o que significa que um terço dos mesmos ainda não foi formalmente recuperado. De entre os terrenos recuperados, foi já aproveitada uma área de cerca de 180 mil metros quadrados, para a construção e o planeamento de habitação pública, instalações de lazer para residentes, escritórios do Governo e centro de arquivos, o que significa, entretanto, que há ainda uma área de, pelo menos, 538 mil metros, que se encontra integrada na reserva de terrenos e não foi aproveitada. Por outro lado, até 30 de Novembro do ano passado, o Governo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

recuperou totalmente 88 terrenos que tinham sido ilegalmente ocupados, com uma área total de 770 360 metros quadrados, dos quais 29, com uma área total de 379 055 metros quadrados, foram também integrados na reserva de terrenos e, a curto prazo, não serão aproveitados.

Os dados acima referidos demonstram a baixa taxa do Governo na utilização de terrenos, pois, por um lado, muitos terrenos cuja caducidade foi declarada não foram recuperados, nos termos da lei, e há ainda muitos que foram integrados na reserva de terrenos e que se encontram desaproveitados e bloqueados com rede de aço, e há também outros que se transformaram em berço de ervas, mosquitos, lixo e ratos, afectando os moradores vizinhos.

Na minha opinião, o Governo, para além de aproveitar os terrenos recuperados para a construção de habitações públicas, reserva de terrenos para futura venda, bem como espaços de lazer e outras finalidades públicas, deve também tomar como referência a prática de Singapura, isto é, não se deixa nenhum terreno do Estado desaproveitado ou coberto de ervas daninhas, mas, sim, coloca-se a sinalização de “terrenos do Estado” e são abertos ao público todos os terrenos que não podem ser, a curto prazo, aproveitados, transformados ou plantados. Em Singapura, os terrenos do Estado são abertos ao público para passeio e prática de desporto, etc., e só se fecham aquando do seu aproveitamento, com vista à partilha de terrenos com a população. Esta forma de tratamento é muito melhor do que o Governo vedar os terrenos do Estado para os deixar desaproveitados!



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Pelo exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo da RAEM planeia construir edifícios para instalações de serviços públicos em dois terrenos não aproveitados situados na zona dos NAPE. Para além de haver, nestes edifícios, gabinetes e parques de estacionamento subterrâneos para veículos do Governo, o Governo deve criar lá centros de saúde, centros de prestação de serviços ao público, auto-silos públicos e até mercados secos ou supermercados onde se vendam produtos frescos e vivos, com vista a aproveitar bem os terrenos e a facilitar a vida dos moradores e de quem trabalha naquela zona. Vai fazê-lo?
2. Até 15 de Outubro de 2021, o Governo da RAEM declarou, nos termos da lei, a caducidade da concessão de 84 terrenos, com uma área superior a 718 mil metros quadrados, dos quais recuperou apenas 51, com uma área superior a 484 mil metros quadrados. Porque é que os restantes 33 terrenos, com uma área total de 538 mil metros quadrados, ainda não foram recuperados?
3. Actualmente, depois de serem recuperados os terrenos desaproveitados, o Governo procede à sua vedação e coloca lá a sinalização de “terrenos do Estado”. Se esses terrenos forem classificados como terrenos de reserva, passam a ser desaproveitados pela segunda vez. Assim sendo, o Governo deve tomar como referência a prática de Singapura, isto é, quanto aos terrenos que, a curto prazo, não serão aproveitados,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

transformados ou plantados, coloca uma sinalização de “terrenos do Estado”, mas abre-os ao público, para que os cidadãos possam lá descansar, passear e praticar exercício físico, etc., e só os fecha aquando do seu aproveitamento, com vista a concretizar a sua partilha com a população. Vai fazê-lo?

1 de Abril de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lam U Tou**